

# As condições do Brasil para negociar

por Claudia de Souza  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

regulamentações tributárias e contábeis para encorajar a redução da dívida" e para a "adoção de um 'approach' mais flexível e criativo nas negociações com o Clube de Paris".

No mesmo discurso, a ministra afirmou que deve ser tomada seriamente a recomendação do Plano Brady — a atual estratégia de renegociação de dívida aceita pela comunidade financeira internacional —, com relação à "suspensão de cláusulas contratuais

que inibam os esforços de redução de dívida e favoreçam os 'free riders', ou seja, aqueles bancos que não trazem um espírito construtivo para a mesa de negociações".

Falando à imprensa, a ministra reiterou a aceitação brasileira do Plano Brady, afirmando que as trocas de informações com países que já acertaram com os bancos comerciais, como o México e a Venezuela, continuarão, e os contatos incluirão também outros países, como a Costa Rica. "Os avanços deles poderiam ser usados por nós mas provavelmente te-

remos uma proposta adaptada às condições brasileiras", afirmou.

A ministra vê "com muito bons olhos" as conversões de dívida por investimento, mas os esquemas a serem adotados pelo governo brasileiro só serão definidos dentro de um pacote de negociação com os bancos privados. Com relação à inclusão dos credores estrangeiros no processo de privatização, valeria a mesma condicionante.

A ministra da Economia também afirmou ontem que o governo tentará fechar seu acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional tendo estudado com cuidado o novo orçamento e medido com precisão o tamanho do

ajuste fiscal a ser aplicado nos próximos meses. "Vamos inaugurar uma fase de cumprimento de objetivos. Para isso, é necessário ter clareza de nossos números com relação à inflação e à política fiscal", explicou.

O governo certamente procura evitar a trilha percorrida pela Argentina, que viu suas metas firmadas com o FMI dissolverem-se com a volta da hiperinflação e interrompeu seu acordo de US\$ 1,4 bilhão com o FMI em dezembro e só agora volta a anunciar um retorno ao Fundo, marcado para o dia 25.

## INFLAÇÃO

Cardoso de Mello previu para a inflação de maio um índice "bastante baixo, mais ou menos como foi o

resultado de abril". E afirmou que as pressões que o governo vem enfrentando dos empresários e que poderão comprometer seu esforço de estabilização seriam "resistências naturais", comuns a todo plano. "A diferença fundamental é que este plano tem um desenho do Brasil que é claro, de crescimento econômico e inflação no padrão dos países desenvolvidos, moderno, eficiente e competitivo, onde o setor público siga cumprindo", afirmou.

"A política de prefixação", disse a ministra referindo-se ao esforço de estabilizar a inflação, "não vive sem o ajuste fiscal, o aumento de receitas que permitiu que em abril, pela primeira vez na história do

País, tenha havido um superávit nas contas do Tesouro, que se repetirá em maio e em junho", declarou.

Além disso, haveria outras contas que estariam demonstrando que o setor público estaria fazendo sua parte no programa de estabilização: o corte de despesas, com a colocação em disponibilidade de um número "expressivo" de funcionários públicos, a venda de ativos, com o início do programa de privatização, a instauração, "nos próximos dez dias", do comitê de privatização e a reforma patrimonial, ou venda de imóveis públicos, onde "já aparecerá redução expressiva" das despesas do Estado.

# As condições do Brasil

*Ainda Ext*

GAZETA MERCANTIL

\* 8 MAI 1990

## para negociar

por Claudia de Souza  
de Washington

O Brasil está adotando uma posição conciliatória em relação aos credores internacionais. Falando ontem à imprensa ao final de sua visita a Washington, onde participou da reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reiterou o interesse brasileiro de sentar à mesa com o Fundo, o Clube de Paris (o grupo dos governos credores) e os bancos comerciais "rapidamente", assim que estiver concluída a revisão dos números do orçamento e for possível definir as metas de ajuste fiscal e, portanto, quanto o País precisará de financiamento do FMI e quanto será possível pagar de atrasados aos bancos, os interlocutores mais agressivos.

"Quero reafirmar nossa firme determinação de negociar de modo construtivo com os bancos e nossa es-

perança de que façam o mesmo", declarou a ministra em inglês, ao responder à pergunta de um jornalista norte-americano do American News Service, que fez referência a um estudo publicado pelo Institute of International Finance — organismo de pesquisa dos bancos sediado em Washington —, há alguns dias, condenando a tolerância da administração norte-americana e do Fundo com relação aos atrasos dos países devedores com os bancos.

*(O governo brasileiro pode considerar de novo a hipótese de descentralizar a renegociação da dívida, dentro do programa de privatização, afirmou o embaixador Jório Dauster. Segundo a ministra Zélia, sua equipe estuda alternativas de conversão "que não impliquem emissão de moeda. Operações que sejam feitas em termos contábeis, isso será possível".)*

A ministra anunciou ter acertado com o diretor-gerente do FMI, Michel Cam-

dessus, a visita de uma missão do Fundo ao Brasil para a primeira metade de junho. Ela encontrou-se também com o diretor-geral do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, a pedido deste, durante o fim de semana, com quem conversou sobre os primeiros resultados do plano de estabilização econômica. O mesmo foi feito com o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, com quem a ministra, segundo relataram participantes do encontro, passou em exame os primeiros cinquenta dias de seu programa, sem tocar em sua estratégia de renegociação de sua dívida.

O Brasil não deixou, porém, de colocar condições ao seu esforço e boa disposição de conversar com os credores. Em seu discurso aos ministros-membros do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, a ministra brasileira anunciou estar confiante em que obterá apoio da comunidade financeira internacional no sentido de "introduzir

(Continua na página 21)